

## *A depreciação da humanidade*

Por Olavo de Carvalho

Estamos tão acostumados a ouvir cientistas e filósofos acadêmicos proclamarem a insignificância da espécie humana do cosmos, a nulidade das nossas pretensões a uma superioridade em relação às outras criaturas, que não nos damos conta da insensatez quase imensurável que essas asserções encerram — insensatez que se torna ainda mais intragável devido ao tom de fingido triunfalismo com que são pronunciadas. Pois qualquer juízo depreciativo que se faça quanto ao conjunto da humanidade, considerada em sua natureza, em suas potencialidades e em seus atos, não passará nunca de mais um ato humano, expressão dessas mesmas potencialidades e dessa mesma natureza, e fatalmente afetado da mesma tara congênita que denuncia. E, se há pretensão e orgulho na espécie que se considera superior às outras, quanto mais não haverá no membro dessa espécie que, fingindo situar-se acima dela na condição de juiz supremo, pronuncia a sua condenação sem apelo? Mais ainda: a pretensão da superioridade humana funda-se na experiência milenar de uma espécie biológica que jamais viu uma outra fazer o que ela faz, saber o que ela sabe; de uma espécie que, tendo primeiro adquirido o poder de subjugar todas as outras até estender seu domínio sobre todo o planeta, soube refrear sua escalada no ponto culminante, para converter-se de conquistadora em guardiã da natureza; de uma espécie que é a única, até agora conhecida, a acumular sobre seus ombros todo o poder e toda a responsabilidade sobre os demais seres vivos ao seu alcance. Tudo isso são dados de experiência, ao alcance de quem tem olhos para ver, ao passo que a hipótese pejorativa não se assenta senão na conjectura de possíveis seres superiores encastelados em algum planeta desconhecido, sem levar sequer em conta que, se esses seres existem corporalmente, se têm vida biológica investida de inteligência e capacidade de ação racional sobre o meio físico, não são outra coisa senão seres humanos, malgrado as diferenças de constituição anátomo-fisiológica que possam eventualmente distingui-los de nós. Pois que outra coisa poderiam ser? Anjos? Demônios? Não, porque não são puros espíritos, e sim corpos materiais viventes. Bichos? Não, porque, como nós, e talvez — admitamos a hipótese — até melhor que nós, pensam, conhecem e exercem a liberdade de decisão. São então humanos, por mais esquisitos que pareçam, e certamente não hão de parecer tão mais esquisitos do que o primeiro português que um dia um pretinho aterrorizado viu desembarcar nas costas da África, como um fantasma de além-mar que trouxesse na face a palidez que até então fora para os nativos o sinal inconfundível da morte. E se essas humanidades longínquas conseguirem atravessar o espaço para chegar até nós, que terá sido isto senão a prova final da glória de animais-rationais?

Não pode ser portanto em nome delas que o juiz automeado produz sua condenação da espécie humana, que pela constituição essencial da animalidade racional é uma só e a mesma em toda parte, quer exista ou não em outras partes. Será então que ele o faz em nome das demais espécies animais? A lei que nos rebaixa o fará em nome da dignidade dos leões e dos piolhos, das lesmas e hipopótamos, dos gatos e formigas? Pois que nosso acusador aponte então a superioridade que podem ter aqueles entes que, outrora vencidos em guerra de vida ou morte, hoje não podem subsistir senão sob a guarda, carinho e proteção daqueles que os pouparam por amor à natureza e consciência das responsabilidades da espécie. Que tente reunir os bichos em conselho — concedendo-se que já não seja uma superioridade cabal o fato de somente o homem poder reunir o hipopótamo ao urso polar, e de somente ele, aliás, ter conhecimento simultâneo de espécies que se ignoram e se ignorarão entre si pelos séculos dos séculos, como as amebas e os tigres. Que os reúna, digo eu, e obtenha deles uma resposta, uma única resposta, que não seja mera projeção de coisas que o homem sabe ou pensa de si mesmo, e que lhes empresta projetivamente sob a forma gentil da alegoria. Que os reúna e, fingindo mesmo que o seu testemunho não será apenas o testemunho da nossa consciência sobre nós mesmos, pergunte se preferem viver sob a nossa proteção ou entregues à Mãe-Natureza, num suposto acordo paradisíaco pré-darwiniano. Pois mais de nós matou a Mãe-Natureza antes que o homem

existisse, dirão eles, do que o homem desde que existe. Muitas mais são as espécies desaparecidas em glaciações, degelos, sacudidas monstruosas das camadas geológicas, deslocamentos de continentes e cataclismos naturais variados, do que aquelas que o homem matou para comer ou vender. Mais são aquelas sacrificadas ao deus temível chamado Equilíbrio Ecológico do que aquelas que a humanidade extermina no empenho de domar esse deus e conservar-nos a salvo, para sempre se possível, dos movimentos cegos e tremendos com que ele restaura periodicamente a homeostase dos seus intestinos sem ter em conta o custo em vidas. Há milênios vem a Mãe-Natureza criando-nos e exterminando-nos sem guardar de nós outra lembrança que não uns ossos petrificados, que só o homem recolhe, pois só ele pensa em nós. Nós mesmas, quando nos liquidamos umas às outras, não guardamos o menor remorso nem temos sentimento de perda; o homem, em contrapartida, faz o registro dos nossos mortos, e baseia neles seus cálculos para a preservação dos vivos. O homem introduz, na balança cega da justiça natural, uma ponderação de equidade e compaixão que a Natureza desconhece; e ele procura, na lei que pelo equilíbrio geral que determina a nossa extinção — e da qual às vezes é ele mesmo o executor —, sempre a brecha de uma exceção salvadora pela qual alguns de nossos exemplares possam subsistir como sementes de um renascimento futuro. Não, a Mãe Natureza não liga para nós. Nosso único guardião é o homem, e se ele teve de nos subjugar primeiro para só depois assumir plenamente sua responsabilidade de guardião, é pela simples razão de que não se concebe um protetor sem poder maior que o do protegido.

Os animais, portanto, exaltarão o homem, mostrando-lhe que o equilíbrio terrestre só pode converter-se de uma interdevoração assassina numa delicada articulação de conveniências mediante a intervenção da autoconsciência planetária, que só o homem carrega em si. Não são eles que nos condenam pela boca do pretensioso acadêmico. Nem muito menos são as plantas ou os minerais, cujo discurso, se o tivessem, imitaria de perto o dos animais.

Falará então o nosso juiz em nome de Deus? Esta hipótese só será viável se aceitarmos o pressuposto de que ele é um profeta, portador de uma mensagem nova que revoga todas as anteriores. Pois todos os livros sacros, do *I Ching* aos *Vedas*, da *Bíblia* ao *Corão*, conferem ao homem, junto com a estação vertical e a fala, o dom da autoconsciência responsável que o torna infinitamente superior a todos os demais seres da natureza. O budismo, então, preza tanto a existência humana que a considera, no conjunto inesgotável das formas de vida possíveis, uma oportunidade ímpar concedida a raríssimos seres de eleição: para um ser qualquer dentre os que ainda virão ao mundo, é tão difícil que venha a fazê-lo sob forma humana, diz o Buda, quanto o seria para uma tartaruga, jogada num ponto qualquer do oceano, meter acidentalmente a cabeça por uma argola jogada num outro ponto qualquer do oceano. Para o taoísmo, é o homem o mediador cósmico, o único ponto de interseção entre a natureza sensível e o mundo celeste. Ele é essencialmente *Wang*, o imperador, cujos ritos equilibram o mundo. Para o Islam, ele é *Khaliifat-Ullah*, mandatário de Deus na Terra, com poder de império sobre as pedras, os bichos e os seres sutis da natureza invisível, duendes e elfos. A Índia preza de tal modo o dom especificamente humano da linguagem, que denomina aos demônios *asuras*, isto é, seres desprovidos de linguagem. O cristianismo e o judaísmo são também explícitos: “Povoaí a Terra e dominai-a, imperai sobre os peixes do mar, sobre os pássaros do céu e sobre todo animal que se move sobre a Terra” (*Gen. I:28*). Se fala em nome de Deus, nosso juiz severíssimo é decerto o profeta de uma religião bem diferente de todas as outras. Ele veio talvez trazer a edição revista e corrigida do Verbo divino, que os profetas anteriores não haviam compreendido bem. Nesta hipótese ele não apenas seria o detentor de uma autoridade sobre-humana, porém seria o profeta dos profetas, trazendo como cetro a revogação de todas as mensagens celestes anteriores. O único problema, aqui, é que ele próprio desmentiria essa hipótese, não sendo como de fato não é nem hindu nem judeu nem cristão nem budista ou mussulmano, mas ateu, pois se pertencesse a qualquer dessas religiões estaria comprometido a crer na superioridade humana que elas proclamam. Não, ele não fala em nome de um Deus que, a seu ver, não existe.

Chegamos enfim à última das alegações concebíveis: ao condenar a humanidade, ele não fala em nome dos extraterrestres nem dos bichos terrestres, e também não fala em nome de

Deus. Ele fala simplesmente em nome da humanidade mesma; mais especificamente: em nome da mais humana das faculdades, a razão, encarnada na sua modalidade mais plena e típica — a ciência. É a ciência que revela nossa pequenez e nossa insignificância: é a ciência que, com Copérnico, nos tira do centro do mundo; com Darwin, nos submete a uma ancestralidade animal e, com Freud e Pavlov, mostra nossa completa dependência de instintos e reflexos animais. Mas com que autoridade a ciência nos diz isso senão a da superioridade humana? Como pode ela tirar-nos do centro sem ter antes descoberto onde está o centro e sem fazer do homem, *ipso facto*, o único animal que sabe onde está o centro, o unico animal, enfim, que sabe onde está? Como pode ela reduzir-nos a produto final de uma evolução animal sem no mesmo ato colocar-nos no topo dessa evolução? Como pode provar nossa submissão ao instinto sem submeter o fato bruto do instinto às categorias racionais que fundam a validade da prova, e sem transcender infinitamente, no mesmo ato, qualquer escravidão cega ao império do instinto? Não pode enfim a ciência rebaixar-nos sem no mesmo ato exaltar-nos mais ainda. Ademais, se de ciência se trata, e não de mera retórica científica, não cabe dar a essas apreciações gerais do destino humano senão o valor de uma conjectura, de uma expressão de sentimentos subjetivos que nenhuma prova científica jamais validará, e que podem amanhã, numa súbita virada do estado de ânimo de quem fala, converter-se nos sentimentos contrários e explodir, sem razão plausível, numa exaltação desmedida da glória humana, como tantas outras que outrora já nos deu o *violon d'Ingres* de uns cientistas metidos a literatos e de uns literatos metidos a cientistas? Nosso detrator da humanidade deveria lembrar que não evoca a autoridade de outra casta senão a de Renan.

Não, a ciência não valida a detração do homem.

Mas, não podendo, finalmente, falar em nome da razão humana no instante mesmo em que desbanca em palavras sua pretensão de ser um *modus cognoscendi* superior, só resta ao nosso acusador uma última saída: falar em nome do Deus que *não existe*, pretendendo que seja acreditado e obedecido *como se* existisse. Não existe Deus nenhum, mas o juiz que condena a humanidade é *como se* fosse um Deus. Eis aí em nome de quem fala, eis aí sua verdadeira identidade: ele é o porta-voz do mais velho acusador que, em troca da nossa auto-depreciação ascética, nos oferece o prêmio de nos tornarmos, à sua imagem, algo que, se não é Deus, é *como se* fosse. De quebra, podemos ganhar algum prestígio acadêmico.

25/12/95